



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – COMODORO-PREVI
CONTROLADORIA MUNICIPAL
Lei Municipal nº. 1.774/2018

Processo nº. 2020.02.18798P

Interessado: ANTONIO ALVES DE SOUZA

Assunto: APOSENTADORIA POR IDADE

PARECER TÉCNICO Nº. 40/2020

I. DA PRELIMINAR

Considerando as atribuições da Controladoria Municipal estabelecidas na Lei Municipal nº. 1.774/2018 e Portaria nº. 101/2012, de 01/02/2012 e na Resolução Normativa nº. 03/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Considerando o requerimento enviado a esta Controladoria Municipal pelo Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social solicitando parecer no processo em epígrafe com vistas à posterior remessa ao TCE-MT.

Fundam-se as explanações e apontamentos abaixo elencados pelos documentos encaminhados pelo Diretor Executivo a esta Controladoria Municipal para análise.

II – DOS FATOS

O servidor **Antonio Alves de Souza**, casado, efetivo no cargo de **AGENTE DE SAÚDE**, nível “3”, classe “A” lotado no DEPARTAMENTO DE SAÚDE, devidamente matriculado sob o nº. 947, requereu junto Fundo Municipal de Previdência Social sua **APOSENTADORIA POR IDADE**, com proventos proporcionais, com fulcro no artigo 40, §1º, inciso III, “b” da Constituição Federal e artigo 12, III, “b” da Lei nº. 1.519/2014.

Verificou-se no Processo de benefício previdenciário concedido pelo COMODORO-PREVI, respectivos e conteúdos exigidos pela Resolução Normativa TCE/MT nº. 03/2015 (Manual de Triagem – 5º edição) conforme disposto abaixo:



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – COMODORO-PREVI
CONTROLADORIA MUNICIPAL
Lei Municipal nº. 1.774/2018

Dados do Requerente.

Nome: Antonio Alves de Souza

Matrícula: 947

Cargo Efetivo: Agente de saúde

Nível: “3”

Classe: “A”

Lotação: DEPARTAMENTO DE SAÚDE

R.G: 0246370-9 SESP/MT

CPF: 028.125.331-53

Data do Requerimento: 02/03/2020

Data Início do Benefício: 02/03/2020

Ato: Portaria nº.004/2020

Data do Ato: 14/01/020

Publicação do Ato: 20/05/2020

Espécie: Aposentadoria por Idade

Valor Benefício: 1.045,00

Regra: art.12, III, “b”, da Lei nº.1.519/2014 e artigo 40, §1º,III,“b” da CF

Foram juntados aos autos os documentos pessoais do segurado: RG, CPF, comprovante de endereço, certidão de casamento e documentos do cônjuge.

Da análise dos documentos obrigatórios exigidos pela Resolução Normativa nº01/2009, constatou-se que todos os documentos estão devidamente anexados ao processo.

Compõe ainda o processo, Planilha de Cálculo dos Proventos a ser percebido pelo servidor instruindo o pagamento do benefício em seu valor proporcional.

III-DA FUNDAMENTAÇÃO

Trata os autos do processo de concessão de Aposentadoria por idade na forma disciplinada pelo artigo 40, §1º inciso III, “b”, da Constituição Federal e artigo 12, inciso III, “b” da Lei Municipal nº. 1.519/2014 do servidor “Antonio Alves de Souza” requerida em 02/03/2020 junto ao Fundo Municipal de Previdência Social.



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – COMODORO-PREVI
CONTROLADORIA MUNICIPAL

Lei Municipal nº. 1.774/2018

A regra a ser observada inicialmente é a estabelecida no artigo 40, §1º, inciso III, “b” da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº.41/2003:

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41, 19.12.2003). (grifamos)

§1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos fixados no §§3º e 17:

(...)

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
 (...)(grifo nosso)

Seguindo a mesma linha, a Lei Complementar N.º 1.519/2014 que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Comodoro/MT regrou em seu artigo 12, inciso III, “b” o direito a concessão da aposentadoria por idade.

“Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do COMODORO-PREVI serão aposentados:

(...)

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:



ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – COMODORO-PREVI
CONTROLADORIA MUNICIPAL
Lei Municipal nº. 1.774/2018

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

O requisito legal da idade de 65 (sessenta e cinco) anos foi preenchido em 31/12/2014, uma vez que o servidor nasceu em 31/12/1949, conforme se verifica documento de identidade anexa ao processo.

Por fim, o servidor está lotado no serviço público desde 01/09/1999, ou seja, exerce efetivamente o serviço público e a função de agente de saúde acerca de mais de 10 (dez) anos, conforme Portaria nº. 239/1999, de 03/09/1999.

Diante disto, verifica-se que servidor preenche todos os requisitos legais e por isso faz jus a concessão do benefício de aposentadoria por idade com proventos proporcionais.

IV – DA MANIFESTAÇÃO

Diante do exposto, a Controladoria Municipal se manifesta pela regularidade da concessão do benefício de **Aposentadoria por Idade** do servidor “**ANTONIO ALVES DE SOUZA**” com direito a proventos **proporcionais** e no uso de suas atribuições legais, emite **PARECER FAVORÁVEL** ao ato concessório do benefício.

Cumpra-se destacar, que o processo de concessão de aposentadoria deverá ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, mediante processo específico, até o último dia do segundo mês subsequente a partir do deferimento do benefício (art. 197 do RITCE/MT), que no presente caso ocorreu em 14/04/2020, data da Portaria nº. 004/2020. Diante disto, o presente procedimento deve ser enviado até a data de 30/06/2020 ao TCE-MT, sob pena de incidência de multas ao Gestor do RPPS por atraso no envio via Aplic TCE-MT.

Comodoro-MT, 02 de junho de 2020.

Juliana Postal Franquini Correa
Controladora Interna